

IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL

Anexo às Contas

Exercício 2015

Índice

Balanço.....	4
Demonstração dos Resultados.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Demonstração de Alterações do Capital Próprio.....	8
Nota 1- Nota introdutória.....	9
Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas	9
Nota 3 - Informação por segmentos.....	17
Nota 4 - Rubricas Resultantes de Contratos de Seguro e de Resseguro.....	17
Nota 5 - Instrumentos financeiros.....	20
Nota 6 - Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem.....	22
Nota 7 - Outros Activos Fixos Tangíveis e Inventários.....	22
Nota 8 - Afectação dos Investimentos e Outros Activos.....	24
Nota 9 – Outros Activos, Passivos, Ajustamentos e Provisões.....	25
Nota 10 – Capital Próprio.....	28
Nota 11 – Prémios.....	28
Nota 12 – Rendimentos e Gastos de Investimentos.....	29
Nota 13 – Outros Rendimentos, Gastos e Variação de Outras Provisões.....	29
Nota 14 - Gastos por Função e Natureza.....	30
Nota 15 - Gastos com Pessoal.....	31
Nota 16 - Imposto Sobre o Rendimento.....	32
Nota 17 - Transacções entre Partes Relacionadas.....	32
Nota 18 - Compromissos.....	33
Nota 19 - Eventos subsequentes.....	33
Nota 20 – Outras Informações.....	33

Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

ACTIVO	Exercício			Exercício Anterior
	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	158.719.707,70		158.719.707,70	109.900.358,76
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	640.775.032,16		640.775.032,16	649.909.233,16
Activos financeiros detidos para negociação				
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Derivados de cobertura				
Activos disponíveis para venda			0,00	55.000.000,00
Empréstimos e contas a receber	180.000.000,00	0,00	180.000.000,00	180.000.000,00
Empréstimos hipotecários				
Empréstimos sobre apólices				
Empréstimos sobre títulos				
Outros empréstimos				
Depósitos junto de empresas cedentes				
Outros depósitos	180.000.000,00		180.000.000,00	180.000.000,00
Contas a receber				
Outros				
Investimentos a deter até à maturidade	202.786.211,00		202.786.211,00	144.610.000,00
Terrenos e edifícios	472.823.813,00	-34.475.953,84	438.347.859,16	503.019.798,16
Terrenos e edifícios de serviço próprio	251.135.443,00	-34.475.953,84	216.659.489,16	223.155.217,16
Terrenos e edifícios de rendimento	221.688.370,00		221.688.370,00	279.864.581,00
Outros activos tangíveis	185.724.187,41	-140.579.448,00	45.144.739,41	30.892.547,00
Inventários	439.149,00		439.149,00	496.887,00
Goodwill				
Outros activos intangíveis	23.611.093,00	-10.758.229,00	12.852.864,00	10.758.229,00
Provisões técnicas de resseguro cedido	392.876.151,00	0,00	392.876.151,00	256.822.569,00
Provisões para prémios não adquiridos				
Provisão matemática	99.210.087,00		99.210.087,00	69.726.850,00
Provisão para sinistros	5.447.491,00		5.447.491,00	4.935.547,00
Provisão para participação nos resultados				
Provisão para estabilização de carteira	288.218.573,00		288.218.573,00	182.160.172,00
Outros activos pós-emprego e outros benefícios de longo-prazo				
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	241.536.082,07	-156.459.520,07	85.076.562,00	188.734.457,00
Contas a receber por operações de seguro directo	194.118.353,07	-156.459.520,07	37.658.833,00	159.264.239,00
Contas a receber por outras operações de resseguro	19.732.280,00		19.732.280,00	7.224.348,00
Contas a receber por outras operações	27.685.449,00		27.685.449,00	22.245.870,00
Activos por impostos	0,00		0,00	0,00
Activos por impostos correntes				0,00
Activos por impostos diferidos				
Acréscimos e diferimentos	14.664.930,00		14.664.930,00	15.147.162,00
Outros elementos do activo				
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
TOTAL ACTIVO	2.513.956.356,34	-342.273.150,91	2.171.683.205,43	2.145.291.241,08

(1) - Apenas a parte referente a Terrenos e edifícios de uso próprio

(2) - Apenas a parte referente a activos tangíveis

(3) - As rubricas 4734, 4735 e 4736 deverão ser inscritas no activo se tiverem saldo devedor e no passivo se tiverem saldo credor.

(4) - Apenas a parte referente a activos ou passivos.

(5) - Apenas a parte referente à rubrica específica.

A Directora Financeira

Itaulina Gomes Pio

O Conselho de Administração

Dr. Luís Vasconcelos Lopes
 Sr. Joaquim Alberto Vieira Coimbra
 Engº Paulo Jorge Oliveira Lima

Exercício: 2015 (01-01-2015 a 31-12-2015)
Seguradora: IMPAR -Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l.
Nº. identificação: 200491377

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Exercício			Exercício Anterior
	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital (Ações próprias)	400.000.000,00		400.000.000,00	400.000.000,00
Outros instrumentos de capital				
Reservas de reavaliação				
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	220.227.460,24	0,00	220.227.460,24	201.731.661,24
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	70.677.987,13		70.677.987,13	52.182.188,13
Por revalorização de activos intangíveis	27.297.138,00		27.297.138,00	27.297.138,00
Por revalorização de outros activos tangíveis	122.252.335,11		122.252.335,11	122.252.335,11
Por investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa				
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira				
De diferenças de câmbio				
Reserva por impostos diferidos				
Outras reservas	305.630.761,12		305.630.761,12	293.323.121,70
Resultados transitados				
Resultado do exercício	138.530.540,35		138.530.540,35	112.307.639,42
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	1.064.388.761,71	0,00	1.064.388.761,71	1.007.362.422,36
INTERESSES MINORITÁRIOS				
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS	1.064.388.761,71	0,00	1.064.388.761,71	1.007.362.422,36
PASSIVO				
Provisões técnicas	951.508.376,00	0,00	951.508.376,00	828.382.426,00
Provisão para prémios não adquiridos	182.044.892,00		182.044.892,00	150.789.745,00
Provisão para seguros e operações do ramo vida	87.203.900,00		87.203.900,00	108.482.511,00
Provisão para sinistros	673.605.297,00	0,00	673.605.297,00	565.962.306,00
De vida	3.005.700,00		3.005.700,00	2.540.100,00
De acidentes de trabalho	71.794.960,00		71.794.960,00	62.674.189,00
De automóvel	335.408.412,00		335.408.412,00	324.249.079,00
De outros ramos	263.396.225,00		263.396.225,00	176.498.938,00
Provisões para participação nos resultados	1.832.942,00		1.832.942,00	3.147.864,00
Provisão para estabilização de carteira				
Provisão para riscos em curso	6.821.345,00		6.821.345,00	
Outras provisões técnicas				
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento				
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Derivados de cobertura				
Passivos subordinados				
Depósitos recebidos de resseguradoras				
Outros				
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo-prazo				
Outros credores por operações de seguros e outras operações	93.349.310,00	0,00	93.349.310,00	219.582.588,00
Contas a pagar por operações de seguro directo	6.574.065,00		6.574.065,00	23.090.596,00
Contas a pagar por outras operações de resseguro	31.602.402,00		31.602.402,00	28.616.532,00
Contas a pagar de Empréstimos bancários				
Contas a pagar por outras operações	55.172.843,00		55.172.843,00	167.875.460,00
Passivos por impostos	31.449.199,22	0,00	31.449.199,22	53.888.579,22
Passivos por impostos correntes	31.449.199,22		31.449.199,22	53.888.579,22
Passivos por impostos diferidos				
Acréscimos e diferimentos	10.621.587,00		10.621.587,00	10.040.187,00
Outras provisões	20.365.971,50		20.365.971,50	26.035.038,50
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda				
TOTAL PASSIVO	1.107.294.443,72	0,00	1.107.294.443,72	1.137.928.818,72
TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO	2.171.683.205,43	0,00	2.171.683.205,43	2.145.291.241,08

A Directora Financeira

Itaulina Gomes Pio

O Conselho de Administração

Dr. Luís Vasconcelos Lopes
Sr. Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Engº Paulo Jorge Oliveira Lima

CONTAS DE GANHOS E PERDAS	Exercício				Exercício Anterior
	Técnica Vida	Técnica não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	36.255.825,00	519.468.947,00		555.724.772,00	527.182.569,00
Prémios brutos emitidos	60.457.236,00	876.875.143,00		937.332.379,00	874.451.849,00
Prémios de resseguro cedido	-24.201.411,00	-355.634.286,00		-379.835.697,00	-340.352.659,00
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-31.255.147,00		-31.255.147,00	-12.665.088,00
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		29.483.237,00		29.483.237,00	5.748.467,00
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-61.022.637,00	-163.307.522,00		-224.330.159,00	-190.127.506,00
Montantes pagos	-61.007.037,00	-157.460.492,00		-218.467.529,00	-162.823.896,00
Montantes brutos	-61.007.037,00	-200.780.849,00		-261.787.886,00	-249.613.526,00
Parte dos resseguradores		43.320.357,00		43.320.357,00	86.789.630,00
Provisão para sinistros (variação)	-15.600,00	-5.847.030,00		-5.862.630,00	-27.303.610,00
Montante bruto	-465.600,00	-104.634.086,00		-105.099.686,00	-70.382.186,00
Parte dos resseguradores	450.000,00	105.608.401,00		106.058.401,00	43.078.576,00
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		-6.821.345,00		-6.821.345,00	
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	21.790.555,00	0,00		21.790.555,00	-12.137.241,00
Montante bruto	21.278.611,00			21.278.611,00	21.278.611,00
Parte dos resseguradores	511.944,00			511.944,00	2.452.990,00
Participação nos resultados, líquida de resseguro	1.314.922,00			1.314.922,00	-225.013,00
Custos e gastos de exploração líquidas	-14.063.358,00	-199.241.104,73	0,00	-213.304.462,73	-208.684.696,66
Custos de aquisição	-6.671.185,00	-100.373.543,00		-107.044.728,00	-104.503.088,00
Custos de aquisição diferidos (variação)		-7.392.173,00		-106.259.734,73	-104.181.608,66
Gastos administrativos	9.679.446,00	51.652.078,00		61.331.524,00	52.281.453,00
Comissões e participação nos resultados de resseguro					
Rendimentos	0,00	43.767.390,81	0,00	43.767.390,81	23.193.964,62
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		39.231.766,81		39.231.766,81	17.454.192,62
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		4.535.624,00		4.535.624,00	5.739.772,00
Gastos financeiros	0,00	-12.460.217,00	0,00	-12.460.217,00	-15.401.117,00
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		-12.460.217,00		-12.460.217,00	-15.401.117,00
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De activos disponíveis para venda					
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
De outros					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	7.786.898,05	0,00	0,00	7.786.898,05	12.924.773,53
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	7.786.898,05			7.786.898,05	12.924.773,53
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De activos disponíveis para venda					
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros					
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro					
Outras provisões (variação)					
Outros rendimentos / gastos					
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	1.741.651,05	239.879.572,08	-55.674.189,10	185.947.034,03	150.748.509,29
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes				47.416.493,68	38.440.869,87
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos					
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS E ANTES INTERESSES MINORITÁRIOS				138.530.540,35	112.307.639,42
Interesses minoritários					
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				138.530.540,35	112.307.639,42

A Directora Financeira

Itaulina Gomes Pio

O Conselho de Administração

Dr. Luís Vasconcelos Lopes
 Sr. Joaquim Alberto Vieira Coimbra
 Engº Paulo Jorge Oliveira Lima

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2015

Montantes expressos em ECV

	Montantes expressos em ECV	
	31-Dez-15	31-Dez-14
	Valores	Valores
Método Directo		
Actividades operacionais		
Recebimentos de prémios	1.071.839.512,00	782.134.908,00
Recebimentos de reembolsos	13.269.516,00	1.356.106,00
Recebimentos de operações de seguro directo e co-seguro		167.932.436,18
Recebimentos de operações de resseguro	104.651.881,00	7.224.348,00
Pagamentos de sinistros	-261.786.552,00	-238.794.979,00
Pagamentos de comissões	-13.320.112,00	-12.325.759,00
Pagamentos de estornos	-43.708.403,00	-15.982.867,00
Pagamentos de operações de co-seguro		-379.835.697,00
Pagamentos de operações de resseguro	-65.500.336,00	-62.749.396,36
Pagamentos a fornecedores	-117.352.611,00	-116.951.399,75
Pagamentos ao pessoal	308.257.198,00	171.490.738,07
Fluxo gerado pelas operações		
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	-73.434.883,00	-15.447.709,35
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	15.351.462,34	0,00
Fluxo gerado antes das rubricas não correntes	250.173.777,34	156.043.028,72
Recebimentos relacionados com rubricas não correntes	10.824.000,56	1.494.353,00
Pagamentos relacionados com rubricas não correntes		5.780.345,00
Fluxo das actividades operacionais (1)	260.997.777,90	163.317.726,72
Actividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	103.800.000,00	3.880.000,00
Activos intangíveis		5.379.114,00
Activos intangíveis		
Subsídios de investimento		
Rendas de propriedades de investimento	4.535.624,00	7.487.182,00
Juros e proveitos similares	24.777.991,86	1.260.298,00
Dividendos	22.240.673,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-20.000.000,00	-55.000.000,00
Activos tangíveis	-8.044.857,00	10.284.872,00
Activos intangíveis	-20.045.393,00	-5.748.467,00
Fluxo das actividades de investimento (2)	107.264.038,86	-32.457.001,00
Actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0,00	-21.766.537,55
Subsídios e doações	0,00	0,00
Venda de acções (quotas) próprias	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Amortização de contratos de locação financeira	0,00	0,00
Juros e custos similares	0,00	3.251.423,59
Dividendos	-99.641.750,00	-2.445.253,00
Reduções de capital e prestações similares	0,00	0,00
Aquisições de acções (quotas) próprias	0,00	0,00
Fluxo das actividades de financiamento (3)	-99.641.750,00	-20.960.366,96
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	109.900.358,76	80.238.790,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período	158.719.708,00	109.900.358,76

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Montante expresso em ECV

Descrição	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)												Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (ações próprias)	Prestações Superiores e outros Instrumentos de Capital Próprio	Pré-licitação de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Translatados	Resultado líquido do Exercício				
Balanço a 31 de Dezembro de 2014		400.000.000,00	0,00	0,00	7.513.000,00	85.193.031,12	200.617.090,58	0,00	201.731.661,24	0,00	0,00	112.307.639,42	1.007.362.422,36	0,00	1.007.362.422,36	
Correcções de erros (IAS8)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alterações de Políticas contabilísticas (IAS 8)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transacção de acções próprias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ganhos/Perdas líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Balanço de abertura alterado em 01 de Janeiro de 2015		400.000.000,00	0,00	0,00	7.513.000,00	85.193.031,12	200.617.090,58	0,00	201.731.661,24	0,00	0,00	112.307.639,42	1.007.362.422,36	0,00	1.007.362.422,36	
Aumentos/Reduções de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transacção de acções próprias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor das filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.495.799,00	0,00	0,00	0,00	18.495.799,00	0,00	18.495.799,00	
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de activos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de outros activos tangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ajustamentos por reconhecimento de imposto diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		0,00	0,00	0,00	0,00	-5.193.031,12	17.500.670,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.307.639,42	0,00	12.307.639,42	
Distribuição de reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Distribuição de lucros / Prejuízos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100.000.000,00	-100.000.000,00	0,00	-100.000.000,00	
Alterações de estimativas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total das variações do capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	-5.193.031,12	17.500.670,54	0,00	18.495.799,00	0,00	0,00	-100.000.000,00	-69.196.561,58	0,00	-69.196.561,58	
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2015		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	138.530.540,35	0,00	0,00	138.530.540,35	
Distribuição antecipada de lucros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Balanço a 31 de Dezembro de 2015		400.000.000,00	0,00	0,00	7.513.000,00	80.000.000,00	218.117.761,12	0,00	220.227.460,24	0,00	0,00	138.530.540,35	1.064.388.761,71	0,00	1.064.388.761,71	

IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

(Valores expressos em mECV)

Nota 1 - Nota introdutória

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, SA (“Companhia ou IMPAR”), foi criada em 1992, tendo os seus estatutos sido aprovados pelo Boletim Oficial nº 7 de 15 de Fevereiro de 1992. É uma sociedade anónima, nos termos do Código de Empresas Comerciais.

A IMPAR é uma Companhia de Seguros de capital maioritariamente Caboverdiano e explora a generalidade dos ramos. Considerando a sua dimensão, tem subscrito contratos de resseguro em praticamente todos os ramos, mas com um enfoque especial nos de maior concentração de risco, como por exemplo o Aéreo, a Responsabilidade Civil e o Marítimo. A estruturação desses contratos de Resseguro está suportada em Tratados de Quota Parte para a generalidade das situações, à exceção dos Ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho onde estão estabelecidos Tratados em Excess of Loss. Para além dos Tratados, a IMPAR faz colocação em regime de Resseguro Facultativo para os casos dos negócios especiais, nomeadamente os da Aviação e sempre que as linhas e os limites dos Tratados estejam esgotadas, sendo esses negócios analisados caso a caso pelos Resseguradores.

A Impar tem a Sede Social no Mindelo e Administrativa na Praia, cabendo a sua gestão ao seu Conselho de Administração, que delega a gestão diária no seu Administrador Delegado.

A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas MAPFRE RE (Leader) e NACIONAL REASSEGUROS, a Alemã R+V, a Francesa SCOR e a Portuguesa TRANQUILIDADE, que para além do suporte dado à nossa capacidade de assumpção de riscos, apoiam igualmente no âmbito da formação dos nossos quadros.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros não vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utiliza todas as fontes de informação disponíveis para a avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos de negócio objecto de relato estão agrupados como se segue:

- Vida;
- Acidentes de Trabalho
- Incêndio e Outros Danos
- Automóvel
- Outros

Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da IMPAR agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com o Aviso nº 3/2010 e Aviso nº4/2010, de 28 de Junho, que introduzem As Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nas Empresas de Seguro em Cabo Verde e definem o plano de contas para as empresas de seguros com reporte e publicação de informação contabilística e demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”)

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores. Em 2011, a IMPAR adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras estão expressas em escudos, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros, activos e

passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes, sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 1 de Março de 2016.

Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Ainda que actualmente a Impar não tenha qualquer subsidiária, de acordo com o IAS 39, a Companhia definiu o princípio de valorizar os investimentos em subsidiárias ao justo valor.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. De acordo com o IAS 39, a Companhia optou por valorizar os investimentos em associadas ao justo valor.

Activos financeiros

Classificação:

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através do ganhos e perdas, que inclui:
- Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;
- Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch);
 - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
- Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Os activos financeiros que não se enquadram nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e despreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação, ou seja, quando a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados. Estes activos são despreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados. Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam despreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando a melhor informação disponível, que, na ausência de informação sobre preços de transacções recentes, semelhantes e

realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados, pode ser o valor contabilístico das entidades, com base nas suas demonstrações financeiras mais atualizadas.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas. Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de Transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo. Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo excede o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são

reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas. Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede na sua maioria os 3 anos. Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva. No decurso da sua actividade, a IMPAR apenas cede negócio, não aceitando qualquer negócio de resseguro.

Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a pagar a resseguradores decorrentes de prémios cedidos e valores a receber decorrentes de comissões e participação dos resseguradores nos custos com sinistros. Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro directo.

Benefícios aos empregados

Pensões - A Companhia não assumiu qualquer responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões ou complementos de reforma por velhice ou invalidez

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias - Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a 1 mês de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor em Cabo Verde e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data de cálculo. Os impostos diferidos, quando aplicáveis, são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se revertem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro passíveis de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou constitutiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Dividendos recebidos

Os dividendos são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos no Aviso nº 2/2005, do Banco de Cabo Verde.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos, pelo que é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da IMPAR de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas e (iv) provisão para riscos em curso. Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A provisão para riscos em curso, corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. No exercício 2015 a Companhia registou a provisão para riscos em curso nos ramos Acidentes de Trabalho, Embarcações Marítimas (Cascos) e Transporte de Mercadorias.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço. As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos. Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração. A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente. As políticas de investimento adoptadas pela IMPAR, devidamente formalizadas, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em 2015 a política de investimento, foi da responsabilidade directa do Conselho de Administração, que definiu a política de risco para os investimentos.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio, essencialmente face ao dólares dos Estados Unidos da América (USD), relativa aos contratos com os resseguradores. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade, por força do supra mencionado, resulta numa perda imaterial para a Companhia.

A Impar, nos poucos negócios celebrados em USD, mitigou o risco cambial nos seus negócios mediante a cobrança ao cliente do câmbio efectivo da data da transferência, ou seja, o risco cambial é totalmente transferido para o Cliente.

Risco de acções

O risco de acções decorre da volatilidade dos preços de mercado das acções e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas. Com a ressalva do preço de aquisição ser bastante inferior nas cotadas em Bolsa, logo geradoras de flutuações de valor com impacto positivo superior a 200 mil contos nos Capitais Próprios da Companhia, a análise de sensibilidade é descrita como segue:

Acções Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas: - teria um impacto sobre essas flutuações de valor de ECV de mECV 61.233 muito inferiores aos 200 mil contos de flutuação acima referidos, sendo assim inócuos.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. Os imóveis que são propriedade da Companhia representam cerca de 35,5% dos activos expostos a este risco. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Imóveis - Descida de 10% no valor dos imóveis: teria o impacto de mECV 53.100

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas obrigações, maioritariamente de taxa variável. Os passivos estão expostos através das pensões.

O cenário de descida de taxas é o único que implica perda de valor para a Companhia.

Risco de *spread*

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*, existindo também em crédito estruturado. Não existe na IMPAR qualquer exposição a derivados de crédito.

Área de análise	Cenários	Impacto resultados antes impostos	
		2015	2014
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	385.231.951	262.094.202
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração líquidos de resseguro	234.634.909	531.180.309
Rendimentos	Aumento de 1% nas taxas de remuneração dos depósitos e obrigações	25.025.771	29.829.290

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

Construção 55% Imóveis e IMOPAR
 Transportes 2% - Obrigações CV Fast Ferry
 Energia 1% - Acções Enacol e Obrigações Electra
 Financeiro 54% - Acções na CECV
 Dívida pública 5%
 Industrial 5% - Obrigações Inpharma e Acções Sita
 Tecnologia 3% - Acções na CV Telecom e na GMT
 Depósitos a Prazo e Obrigações – 38%

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em filiais e associadas, Activos Financeiros detidos para negociação, Activos Financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Activos disponíveis para venda. São excluídos nesta análise por razões de coerência dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. No âmbito da gestão de risco, são definidos procedimentos para mitigação deste risco, elaborando para tal a Companhia um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de spread. Como procedimento, é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores e nos emitentes de valores mobiliários foram definidos níveis mínimos de rating, e existe um acompanhamento regular da sua evolução.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos activos físicos;
- Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na IMPAR face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Segurança no acesso às instalações;
- Segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Política de gestão de recursos humanos;
- Programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem directamente com os clientes;
- Plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respectivo plano;
- Plano de continuidade de negócio, que permitam a recuperação das actividades e funções de negócio críticas.

Adicionalmente, também integrado no risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações. Como principais medidas implementadas para mitigação do risco legal, destacamos as seguintes:

- Políticas de prevenção da fraude, recursos humanos, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Procedimentos formais para monitorização do cumprimento dos diversos prazos legais a que a IMPAR se encontra sujeita.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas no processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes.

Neste sentido, das principais medidas que a IMPAR implementou para fazer face ao risco reputacional, destacam-se:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos no âmbito da gestão de reclamações;

Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

A estrutura organizativa que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direcções Operacionais, as quais assumem a função de áreas responsáveis;
- Um segundo nível representado pelo Gabinete de Controle Interno e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos;
- Um terceiro nível representado pelo Conselho de Administração.

O Sistema de Controlo Interno na IMPAR encontra-se devidamente formalizado, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos e seus responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição;
- Controlos e sua avaliação;
- Recomendações.

Solvência

A IMPAR monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes em mECV:

	2015	2014
Elementos constitutivos do fundo de garantia	951 535	995 987
Margem de solvência a constituir	202 208	311 284
Resultado na óptica dos prémios	194 353	303 266
Resultado na óptica dos sinistros	62 585	80 551
Fundo de garantia mínimo legal	12 500	12 500
Excesso/insuficiência da margem de solvência	749.327	699.389
Taxa de cobertura da margem de solvência	471%	320%

Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Ráios de actividade

Os principais ráios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

	2015	2014
--	------	------

Rácio de Sinistralidade	36%	32%
Rácio de Aquisição	1,7%	1,7%
Rácio Administrativo	24%	32,3%
Rácio Combinado	67%	65%

Nota 3 - Informação por segmentos

A IMPAR explora todos os ramos de seguros não vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros. A Companhia controla a sua actividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

Os segmentos de negócio objecto de relato são os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia têm ao dispor dos seus clientes e agrupam-se como segue:

2015	Total Vida	Total não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros danos	Automóvel	Outros	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas							
Prémios brutos emitidos	60.457.236,00	876.875.143,00	157.433.808,00	183.128.940,00	289.988.053,00	246.324.342,00	937.332.379,00
Prémios de resseguro cedido	24.201.411,00	355.634.286,00	43.984.274,00	102.129.556,00	20.756.992,00	188.763.464,00	379.835.697,00
Prémios brutos adquiridos	60.457.236,00	845.619.996,00	155.488.228,00	156.791.974,00	287.814.790,00	245.525.004,00	906.077.232,00
Resultados dos Investimentos	7.786.898,00	43.767.391,00	8.753.479,00	6.485.369,00	19.695.322,00	8.833.221,00	51.554.289,00
Comissões de Resseguro Cedido	9.679.446,00	51.652.078,00	8.672.004,00	20.986.375,00	0,00	21.993.699,00	61.331.524,00
Custos com sinistros brutos	61.472.637,00	305.414.935,00	26.069.013,00	25.128.340,00	154.622.543,00	99.595.039,00	366.887.572,00
Custos com sinistros Resseguro Cedido	450.000,00	148.928.758,00	13.436.078,00	20.386.388,00	38.926.248,00	76.180.044,00	149.378.758,00
Custos de exploração brutos	14.063.358,00	199.241.105,00	35.771.667,00	41.610.043,00	65.890.270,00	55.969.125,00	213.304.463,00
Resultado técnico	-21.363.826,00	260.933.044,00	82.470.415,00	62.119.133,00	107.339.818,00	9.003.678,00	239.569.218,00
Rubricas de Balanço							
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	202.786.211,00	891.374.352,00	75.000.000,00	83.753.221,00	619.965.769,00	112.655.362,00	1.094.160.563,00
Provisões técnicas	92.042.542,00	859.465.834,00	92.659.673,00	120.430.902,00	408.370.875,00	238.004.384,00	951.508.376,00

2014	Total Vida	Total não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros danos	Automóvel	Outros	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas							
Prémios brutos emitidos	50.897.720,00	823.553.625,00	144.777.446,00	116.455.996,00	284.502.436,00	277.817.747,00	874.451.345,00
Prémios de resseguro cedido	14.907.976,00	325.444.683,00	40.467.900,00	70.249.688,00	14.716.627,00	200.010.468,00	340.352.659,00
Prémios brutos adquiridos	50.897.720,00	810.888.537,00	139.979.830,00	125.006.535,00	286.218.821,00	259.683.351,00	861.786.257,00
Resultados dos Investimentos	12.924.773,53	23.193.964,62	4.638.791,93	0,00	10.437.283,09	8.117.889,60	36.118.738,15
Comissões de Resseguro Cedido	6.465.276,00	45.816.177,00	8.193.566,00	16.765.893,00	0,00	20.856.718,00	52.281.453,00
Custos com sinistros brutos	24.002.644,00	295.993.068,00	4.485.476,00	6.184.665,00	141.666.444,00	143.656.483,00	319.995.712,00
Custos com sinistros Resseguro Cedido	0,00	129.868.206,00	-4.266.525,00	-5.974.477,00	-10.037.059,00	150.146.267,00	129.868.206,00
Custos de exploração brutos	13.736.104,00	194.948.593,00	34.271.186,00	27.567.036,00	67.346.373,00	65.763.998,00	208.684.697,00
Resultado técnico	17.641.045,53	206.045.628,62	74.118.716,93	23.246.023,00	61.173.216,09	47.507.672,60	223.686.674,15
Rubricas de Balanço							
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	144.610.000,00	1.197.710.802,00	210.552.658,11	169.365.419,75	413.756.966,38	404.035.757,76	1.342.320.802,00
Provisões técnicas	114.170.475,00	714.211.951,00	81.905.521,00	85.958.008,00	386.604.760,00	159.743.662,00	828.382.426,00

Nota 4 - Rubricas Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 11.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Companhia, de acordo com as instruções do Banco de Cabo Verde, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas do BCV, o diferimento destes custos está limitado a 18% da provisão para prémios não adquiridos.

Balanco		2015			2014		
Ramos / Grupo ramos		PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida
Acidentes de trabalho		1.414.658,54	254.638,54	1.160.020,00	1.960.369,51	352.866,51	1.607.503,00
Acidentes pessoais e doença		13.798.476,83	2.483.725,83	11.314.751,00	10.880.107,32	1.958.419,32	8.921.688,00
Incêndio e outros danos		92.580.269,51	16.664.448,51	75.915.821,00	60.462.018,29	10.883.163,29	49.578.855,00
Automóvel		68.726.854,88	12.370.833,88	56.356.021,00	66.076.534,15	11.893.776,15	54.182.758,00
Marítimo, aéreo e transportes		21.052.185,37	3.789.393,37	17.262.792,00	26.787.662,20	4.821.779,20	21.965.883,00
Responsabilidade civil geral		13.925.489,02	2.506.588,02	11.418.901,00	8.871.917,07	1.596.945,07	7.274.972,00
Crédito e caução		10.508.031,71	1.891.445,71	8.616.586,00	8.851.324,39	1.593.238,39	7.258.086,00
Protecção jurídica		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		222.005.965,85	39.961.073,85	182.044.892,00	183.889.932,93	33.100.187,93	150.789.745,00
				39.961.073,85			
Ganhos e perdas		2015			2014		
Ramos / Grupo ramos		PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida
Acidentes de trabalho		-545.710,98	-98.227,98	-447.483,00	300.807,32	54.145,32	246.662,00
Acidentes pessoais e doença		3.038.159,63	546.868,73	2.491.290,90	5.549.943,90	998.989,90	4.550.954,00
Incêndio e outros danos		32.118.251,22	5.781.285,22	26.336.966,00	-10.427.486,59	-1.876.947,59	-8.550.539,00
Automóvel		2.650.320,73	477.057,73	2.173.263,00	-2.093.152,44	-376.767,44	-1.716.385,00
Marítimo, aéreo e transportes		-5.735.476,83	-1.032.385,83	-4.703.091,00	16.469.610,98	2.964.529,98	13.505.081,00
Responsabilidade civil geral		5.053.571,95	909.642,95	4.143.929,00	2.526.356,10	454.744,10	2.071.612,00
Crédito e caução		1.656.707,32	298.207,32	1.358.500,00	3.119.150,00	561.447,00	2.557.703,00
Protecção jurídica		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		38.235.823,05	6.882.448,15	31.353.374,90	15.445.229,27	2.780.141,27	12.665.088,00

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. Para a determinação desta provisão é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Efectua-se ainda uma Provisão Matemática nos ramos Automóvel e de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2015 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pela Junta Médica e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de 2015 e que se encontram pendentes de acordo

final ou sentença (pensões presumíveis).

Desagregação dos Custos com sinistros do seguro directo:

Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos		Variação da Provisão Sinistros (3)	Custos com sinistros (1) + (2) + (3)		
	Prestações (1)	Custos de gestão imputados (2)				
Vida	59.830.709,00	1.176.328,00	465.600,00	61.472.637,00		
Total I	59.830.709,00	1.176.328,00	465.600,00	61.472.637,00		
Não Vida						
Acidentes de trabalho	13.914.861,00	1.372.397,00	9.118.271,00	24.405.529,00		
Acidentes pessoais e doença	2.286.511,00	299.771,00	-922.798,00	1.663.484,00		
Incêndio e outros danos	15.051.939,00	1.973.367,00	8.103.034,00	25.128.340,00		
Automóvel	130.461.015,00	7.642.867,00	16.518.661,00	154.622.543,00		
Marítimo, aéreo e transportes	22.547.920,00	2.956.119,00	66.327.803,00	91.831.842,00		
Responsabilidade civil geral	3.639.732,00	477.183,00	5.522.562,00	9.639.477,00		
Crédito e caução	-1.629.234,00	-213.599,00	-33.447,00	-1.876.280,00		
Protecção jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total II	186.272.744,00	14.508.105,00	104.634.086,00	305.414.935,00		
	246.103.453,00	15.684.433,00	105.099.686,00	366.887.572,00		

Desagregação da Provisão para Sinistros do seguro directo:

Ramo / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31 dez 2014 (1)	Sinistros pagos em 2015 (2)	Provisão para	Reajustamentos (3) + (2)-(1)
			sinistros em 31 dez 2015 (3)	
Vida	2.540.100,00	59.830.709,00	3.005.700,00	60.296.309,00
Total I	2.540.100,00	59.830.709,00	3.005.700,00	60.296.309,00
Não Vida				
Acidentes de trabalho	62.674.189,00	13.914.861,00	71.794.960,00	23.035.632,00
Acidentes pessoais e doença	8.702.141,00	2.286.511,00	7.183.343,00	767.713,00
Incêndio e outros danos	36.379.153,00	15.051.939,00	44.515.081,00	23.187.867,00
Automóvel	332.422.002,00	130.461.015,00	352.014.854,00	150.053.867,00
Marítimo, aéreo e transportes	110.051.536,00	22.547.920,00	176.469.059,00	88.965.443,00
Responsabilidade civil geral	13.159.657,00	3.639.732,00	18.622.219,00	9.102.294,00
Crédito e caução	33.528,00	-1.629.234,00	81,00	-1.662.681,00
Protecção jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total II	563.422.206,00	186.272.744,00	670.599.597,00	293.450.135,00
	565.962.306,00	246.103.453,00	673.605.297,00	353.746.444,00

Provisão matemática

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais definidos pelo Banco de Cabo Verde e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2015 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Nos termos da legislação em vigor, aplica-se a tábua de mortalidade PF 60/64, com uma taxa de juro de 6% e encargos de gestão de 4%.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte. O montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo.

Representação das Provisões Técnicas

As Provisões técnicas encontram-se representadas por activos (nota 5) nos termos da legislação em vigor, como se demonstra:

	2015	2014
Provisões técnicas do seguro directo		
Provisão para sinistros	673 605 297	565 962 306
Provisão para riscos em curso	6 821 345	
PPNA	182 044 892	150 789 745
Provisões matemáticas ramo vida	87 203 900	108 482 511
Provisão para participação nos resultados	1 832 942	3 147 884
	951 508 376	828 382 446
 Ativos a representar provisões técnicas	 1.094.160.563	 1.342.320.802
 Superavit	 142 652 187	 513 938 356

Nota 5 - Instrumentos financeiros

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	Custo	Reserva / Flutuação	Imparidade	Valor balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
de emissores públicos	60.000.000,00	0,00	-15.000.000,00	45.000.000,00
de outros emissores	44.610.000,00	0,00	0,00	44.610.000,00
Acções	403.685.930,00	192.089.102,00	0,00	595.775.032,00
Outros títulos de rendimento variável	280.000.000,00	0,00	0,00	280.000.000,00
Imóveis	531.000.024,00	0,00	0,00	531.000.024,00
	1.319.295.954,00	192.089.102,00	-15.000.000,00	1.496.385.056,00

As acções representativas de partes de capital de outras empresas detidas pela IMPAR detalham-se como se segue:

Descrição	Valorização	QTD	P.U Aquis.	Valor Aquisição	Suprimentos	Ajustamentos	Valor em 31Dez2015
CECV - Caixa Económica de Cabo Verde, S.a.r.l.	Justo Valor - cotação bolsista	168.032	1.880	315.947.288		204.951.912	520.899.200
ENACOL, S.a.r.l.	Justo Valor - cotação bolsista	1.500	2.100	3.150.000		1.050.000	4.200.000
Cabo Verde Fast Ferry, Lda	Custo amortizado	5.000	1.000	5.000.000		(5.000.000)	-
Cabo Verde Fast Ferry, Lda	Custo amortizado	10.000	1.000	10.000.000		(10.000.000)	-
CVTELECOM, S.a.r.l.	Justo Valor - equivalência patrimonial	1.500	4.800	7.200.000		2.916.000	10.116.000
SITA - Sociedade -industrial de Tintas, SA	Justo Valor - equivalência patrimonial	23.822	2.200	51.513.643		(16.828.810)	34.684.833
IMOPAR, S.a.r.l.	Custo amortizado	4.000	1.000	4.000.000			4.000.000
GMT - Cabo Verde, SA	Custo amortizado	7.500	2.750	20.625.000	1.250.000		21.875.000
				417.435.931	1.250.000	177.089.102	595.775.033

As Obrigações de entidades não públicas detalham-se como se segue:

Descrição	Saldo 31Dez15	Qtd	Tx Juro	Data Venc.
Obrigações Inpharma	15.089.000	15.089	7%	2019
Obrigações Ecobank	20.000.000	20.000	6,50%	Set-16
Obrigações Electra	9.521.000	9.251	6,65%	2017
	44.610.000			

As Obrigações de entidades públicas, incluem um valor total de 45.000 contos, respeitam a 4.500 Obrigações do Tesouro, a uma taxa de juro de 5% com vencimento em Março de 2016, bem como 15.000 contos de Obrigações da Cabo Verde Fast Ferry, para as quais foi registada uma perda por imparidade do total do seu valor, face aos incumprimentos registados pela Entidade emitente.

Detalhe dos terrenos e edifícios:

Descrição	2015	2014
Edifícios		
Escritório da Assomada - Stª Catarina	10.621.005	10.621.005
Escritório em Stª Maria - Sal	8.421.050	8.421.050
Armazém na Achada Grande Frente	60.000.000	60.000.000
Apartamento na Achada Stº António - Edificio Europa	7.750.000	7.750.000
Escritório na Achada Stº António	7.500.000	7.500.000
Edifício do Escritório Sede Administrativa - Praia	105.360.743	105.360.743
Escritório nos Espargos - Sal	24.585.374	24.000.000
Edifício Sede Social - Mindelo	49.831.123	49.831.123
Edifício de Confeções Porto Grande	80.000.000	80.000.000
Edifício de Ex-Edilter	14.659.728	14.659.728
Apartamento em Monte Sossego	6.693.000	6.693.000
Pardieiro comprado ao Sr. Furtado	10.000.000	10.000.000
Edifício da Farmácia Africana	23.000.000	23.000.000
Armazém da Ex-COMAT	25.977.823	25.977.823
	434.399.846	433.814.472
Terrenos		
Terreno Sede Administrativa - Praia	9.046.720	9.046.720
Terreno do Porto Novo - Stº Antão	1.189.428	1.189.428
Terreno do Escritório Espargos - Sal	8.000.000	8.000.000
Terreno Sede Social - Mindelo	18.830.000	18.830.000
Terreno nos Espargos - Sal	587.719	587.719
Terreno na Boavista	770.100	770.100
Terreno em Palha Sé - Praia	58.176.211	58.176.211
	96.600.178	96.600.178
Total	531.000.024	530.414.650

O Edifício das Confeções Porto Grande tem associado um penhor de cerca de 7 mil contos removíveis com uma garantia, não tendo o Conselho de Administração achado necessário a sua remoção.

Nota 6 - Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica apresenta-se como segue:

	2015	2014
Caixa	37 636 621	2 686 848
Depósitos em instituições de crédito	121 083 087	107 213 511
	158 719 708	109 900 359

Nota 7 - Outros Activos Fixos Tangíveis e Inventários

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	2015	2014
Imobilizado tangível		
Valor bruto	166.258.759,00	159.995.261,71
Depreciação acumulada	-140.579.448,00	-129.102.714,71
	25.679.311,00	30.892.547,00
Imobilizado intangível		
Valor bruto	23.611.093,00	16.137.343,00
Amortização acumulada	-10.758.229,00	-5.379.114,00
	12.852.864,00	10.758.229,00
Inventários		
	439.149,00	496.887,00
	38.971.324,00	42.147.663,00

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2015 foi o seguinte:

Activos fixos tangíveis	2014	ADIÇÕES	ABATES/ANULAÇÕES	ALIENAÇÕES/
				2015
Equipamento Administrativo	43.035.297	630.685	-	43.665.982
Máquinas e Ferramentas	6.257.971	993.300	-	7.251.271
Equipamento Informático	53.089.422	1.097.772	-	54.187.194
Instalações Interiores	3.841.464	-	-	3.841.464
Material de Transporte	50.218.259	5.323.100	(1.725.605)	53.815.754
Outro Equipamento	1.905.924	-	-	1.905.924
Património Artístico	1.591.170	-	-	1.591.170
Equipamento em locação financeira -Outro equipamento	55.755	-	(55.755)	-
	159 995 262	8 044 857	(1 781 360)	166 258 759
Equipamento Administrativo	36.210.680	1.837.993	-	38.048.673
Máquinas e Ferramentas	6.244.143	137.991	-	6.382.134
Equipamento Informático	46.377.505	5.545.250	-	51.922.755
Instalações Interiores	2.787.241	293.697	-	3.080.938
Material de Transporte	34.956.822	5.173.781	(1.708.333)	38.422.270
Património Artístico	1.532.142	28.529	-	1.560.671
Outro Equipamento	994.182	167.825	-	1.162.007
	129 102 715	13 185 066	(1 708 333)	140 579 448
Activos fixos tangíveis em curso	2014	ADIÇÕES	ALIENAÇÕES/ABATES	2015
Escritório ASA	-	14.014.530	-	14.014.530
Material de Transporte	-	5.292.720	-	5.292.720
	-	19 307 250	-	19 307 250
	30 892 547	14 167 041	(73 027)	44 986 561

As aquisições do ano nos activos fixos atingíveis respeitam essencialmente a aquisição de um gerador para os Escritórios do Sal afeto a rubrica máquinas e ferramentas, duas viaturas, sendo uma adstrita as funções da Directora Financeira e outra para o Gestor Comercial

Sul. Nos equipamentos informáticos, foram sobretudo duas fotocopiadoras, classe empresarial, para os Escritórios do Mindelo e da Praia e cinco computadores para novos colaboradores e substituição de postos avariados.

Os activos tangíveis em curso correspondem as obras de remodelação nos nossos Escritórios sito em Achada Santo António, Cidade da Praia; trata-se dum escritório direcionado para a Regulação de Sinistros com um enfoque no pós-venda. A remodelação deste escritório enquadra-se na estratégia da Companhia de adequar-se às reais expectativas dos segurados e potenciais clientes, permitindo assim um atendimento célere e de qualidade. A inauguração foi realizada em Janeiro de 2016. Está rubrica ainda inclui adiantamentos para aquisição duma viatura adstrita ao CEO.

Todos os activos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de activos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e 3 anos para o software, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

Relativamente aos Activos intangíveis em curso, regista-se o acréscimo de 7.475 contos relativos aos desenvolvimentos do Projecto de Leasing, correspondentes essencialmente aos Estudos realizados pela equipa internacional de Consultores, bem como aos custos de funcionamento da respectiva Comissão Instaladora.

Os Inventários respeitam fundamentalmente a situações de salvados

Nota 8 - Afectação dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais, a IMPAR é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites legalmente estabelecidos pelo BCV.

Os activos afectos e não afectos às carteiras que a Companhia explora são como se segue:

INVESTIMENTOS	Nota	2015	2014
Investimentos Afectos às Provisões Técnicas do Ramo Vida			
Títulos de Dívida - De outros emissores públicos - Obrigações	I)	44.610.000	44.610.000
Depósitos bancários	II)	100.000.000	100.000.000
Títulos de Dívida - De dívida Pública - Obrigações		-	-
Títulos de Dívida - De outros emissores - Obrigações		-	-
Terrenos	VII)	58.176.211	
		202.786.211	144.610.000
Investimentos Afectos às Provisões Técnicas do Ramo Nao Vida			
Edifícios			144.610.743
Títulos de dívida - De dívida pública - Obrigações	III)	45.000.000	73.880.000
Depósitos bancários	IV)	30.000.000	30.000.000
Terrenos		18.236.148	18.236.148
Edifícios	VII)	224.238.172	19.042.055
Imparidade de terrenos e edifícios (-)			-
Edifícios	VII)		60.000.000
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	VI)	573.900.032	576.029.233
Depósitos bancários			
		891.374.352	921.798.179
Investimentos não afectos			
Terrenos	VII)	20.187.819	78.364.030
Edifícios	VII)	210.161.674	210.161.674
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	VI)	21.875.000	
Activos financeiros disponíveis para venda			
Títulos de dívida - De dívida pública - Obrigações	V)	15.000.000	70.000.000
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (-)	V)	(15.000.000)	(15.000.000)
Depósitos bancários	II)	150.000.000	150.000.000
		402.224.493	493.525.704
TOTAL INVESTIMENTOS			
		1.496.385.056	1.559.933.883

Nota 9 – Outros Activos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

1. Contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Contas a receber" tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Activo Bruto		
Tomadores de seguros	17 407 820	15 621 382
Recibos por cobrar	174 656 618	243 711 434
Reembolsos de sinsitros	1 187 199	7 224 348
Outros	27 685 449	22 245 870
	220 937 086	288 803 034
Ajustamentos		
Recibos por cobrar	(138 216 293)	(88 175 832)
Créditos de cobrança duvidosa	(18 243 227)	(11 892 745)
	(156 459 520)	(100 068 577)
Activo Líquido	64 477 566	188 734 457

Os ajustamentos por imparidade foram, posteriormente reforçados em 54.959 mECV em 2015 contra os 41.488 mECV em 2014. De acordo com as políticas definidas pela IMPAR, a imparidade constituída deve ser suficiente para cobrir todos os recibos à cobrança no final de cada exercício, deduzidos dos recibos entretanto cobrados e de valores a receber de entidades institucionais, essencialmente Estado.

2. Diferimentos

O saldo desta rubrica no Activo inclui, essencialmente: a especialização dos rendimentos (juros) relativos a depósitos bancários e obrigações.

O valor registado no Passivo corresponde a (i) estimativa com subsídio de férias a pagar aos trabalhadores e (ii) estimativas de custos correntes diversos.

	2015	2014
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	13 872 260	14 674 026
Rendas e alugueres	792 670	473 136
	14 664 930	15 147 162
Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	6 021 316	5 871 404
Outro acréscimos de custos	4 600 271	4 168 783
	10 621 587	10 040 187
Outras provisões	20 365 971	26 035 039

3. Provisões

A IMPAR tem constituídas provisões no montante de 20.365 contos decorrentes de um litígio com a Administração Fiscal, correspondendo o valor provisionado à totalidade do valor reclamado.

4. Resseguradores

A Companhia dilui o risco contratado através de negócios de Resseguro Cedido com a seguinte composição:

ramo / grupo ramos	Tip de resseguro
Vida	Quota parte
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes pessoais e doença	SURPLUS
Incêndio e outros danos	SURPLUS
Riscos catastróficos	Excesso de perdas (XL)
Marítimo Casco	Quota parte / SURPLUS
Mercadorias transportadas	Quota parte / SURPLUS
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Aviação	Facultativo
Responsabilidade civil geral	Quota parte
Crédito e caução	Não temos

5. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Estado e outros entes públicos”, apresentava os seguintes saldos:

	2015	2014
Imposto sobre o rendimento	18.235.771	38.585.094
Retenção de imposto na fonte	1.434.861	1.354.355
Imposto de selo	5.609.559	10.181.408
Taxa para a Autoridade de Controlo	1.690.411	1.474.942
Taxa para a F.G.A.	2.244.749	0
Contribuições para a segurança social	2.233.848	2.292.781
Activo Líquido	31 449 199	53 888 579

Os saldos acima correspondem, essencialmente, ao processamento das retenções efectuadas no processamento de remunerações do pessoal e dos honorários e contribuições da Companhia para a previdência social para entrega ao Estado.

6. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica “Outras contas a pagar” incluía basicamente:

	2015	2014
Contas a pagar por operações de seguro directo	6.574.065	23.090.596
Resseguradores	31.602.402	28.616.532
Contas a pagar por outras operações	55.172.843	167.875.460
Estado	31.449.199	53.888.579
	124.798.509	273.471.167

Nota 10 – Capital Próprio

O capital social da IMPAR, no valor de mECV 400 000, encontra-se integralmente realizado.

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital, reserva que não é distribuível, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. A IMPAR já atingiu o limite máximo de reservas legais, pelo que já não as constituiu.

Do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, de mECV 112.307 foram distribuídos mECV 100.000 a título de dividendos, sendo o restante alocado às reservas livres da Companhia.

Nota 11 – Prémios

Os prémios emitidos do seguro directo nos períodos de 2015 e de 2014 tiveram a seguinte decomposição:

ramo / grupo ramos	Prémios brutos emitidos		Variação PPNA		Prémios adquiridos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Vida	60.457.236,00	50.897.720,00	0,00	0,00	60.457.236,00	50.897.720,00
Total I	60.457.236,00	50.897.720,00	0,00	0,00	60.457.236,00	50.897.720,00
Acidentes de trabalho	83.905.467,00	82.645.699,00	-447.483,00	246.662,00	84.352.950,00	82.399.037,00
Acidentes pessoais e doença	73.528.341,00	62.131.747,00	2.393.063,00	4.550.954,00	71.135.278,00	57.580.793,00
Incêndio e outros danos	183.128.940,00	116.455.996,00	26.336.966,00	-8.550.539,00	156.791.974,00	125.006.535,00
Automóvel	289.988.053,00	284.502.436,00	2.173.263,00	-1.716.385,00	287.814.790,00	286.218.821,00
Marítimo, aéreo e transportes	177.600.580,00	214.427.230,00	-4.703.091,00	13.505.081,00	182.303.671,00	200.922.149,00
Responsabilidade civil geral	55.987.666,00	50.459.904,00	4.143.929,00	2.071.612,00	51.843.737,00	48.388.292,00
Crédito e caução	12.736.096,00	12.930.613,00	1.358.500,00	2.557.703,00	11.377.596,00	10.372.910,00
Protecção jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total II	876.875.143,00	823.553.625,00	31.255.147,00	12.665.088,00	845.619.996,00	810.888.537,00
Total I + II	937.332.379,00	874.451.345,00	31.255.147,00	12.665.088,00	906.077.232,00	861.786.257,00

Os prémios de resseguro cedido como seguem:

ramo / grupo ramos	Prémios brutos emitidos		Variação PPNA		Prémios adquiridos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Vida	24.201.411,00	14.907.976,00	0,00	0,00	24.201.411	14.907.976
Total I	24.201.411,00	14.907.976,00	0,00	0,00	24.201.411,00	14.907.976,00
Acidentes de trabalho	3.225.378	3.225.470	0	0	3.225.378	3.225.470
Acidentes pessoais e doença	40.758.896	37.242.430	-1.568.355	-643.035	39.190.541	36.599.395
Incêndio e outros danos	102.129.556	70.249.688	-25.530.811	6.693.939	76.598.745	76.943.627
Automóvel	20.756.992	14.716.627	0	0	20.756.992	14.716.627
Marítimo, aéreo e transportes	143.687.066	165.219.824	631.398	-10.088.816	144.318.464	155.131.008
Responsabilidade civil geral	43.028.218	34.790.644	-3.015.469	-1.710.555	40.012.749	33.080.089
Crédito e caução	2.048.180	0	0	0	2.048.180	0
Protecção jurídica	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total II	355.634.286	325.444.683	-29.483.237	-5.748.467	326.151.049	319.696.216
Total I + II	379.835.697,00	340.352.659,00	-29.483.237,00	-5.748.467,00	350.352.460,00	334.604.192,00

Nota 12 – Rendimentos e Gastos de Investimentos

	2015	2014
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo vida		
Obrigações - Outros emissores	7 786 898	12 924 774
	<hr/>	<hr/>
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo não vida		
Seguro de Acidentes de Trabalho		
De rendimento - Edifícios	907 126	1 147 953
Acções	4 448 135	169 003
Outros Depósitos	3 398 218	3 321 835
	<hr/>	<hr/>
8 753 479	<hr/>	<hr/>
Seguro Automóvel		
De rendimento - Edifícios	2 041 030	2 582 897
Acções	10 008 302	380 256
Outros Depósitos	7 645 990	7 474 130
	<hr/>	<hr/>
19 695 322	<hr/>	<hr/>
Outros Seguros		
De rendimento - Edifícios	1 587 468	2 008 922
Acções	7 784 237	295 756
Outros Depósitos	5 946 885	5 813 212
	<hr/>	<hr/>
15 318 590	<hr/>	<hr/>
Total	51 554 289	36 118 738

Em 2015 a Companhia tem registado rendimentos de juros de obrigações no montante de 7.786 contos e de depósitos a prazo no valor de 16.991 contos.

Em 2015 a IMPAR recebeu 22.240 de dividendos das participações na CV Telecom, SITA, Caixa Económica de Cabo Verde e Enacol.

Durante o exercício 2015 a Companhia registou rendimentos de Edifícios no valor global de 4.535 contos.

Nota 13 – Outros Gastos e Variação de Outras Provisões

	2015	2014
Mecenato	6 278 019	6 136 716
Gastos e perdas financeiras	2.592.065	1.453.252
Outros	512 385	320 976
	<hr/>	<hr/>
	9 382 469	7 910 944

No exercício de 2015 a Companhia reforçou as suas Provisões em 48.138 contos para fazer face aos ajustamentos de recibos por cobrar e Outros Devedores.

Nota 14 - Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de colaboradores afectos a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é a seguinte:

2015	Custos com sinistros		Custos aquisição		Custos administrativos		Custos investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	9.388.204,00	60%	49.288.087,00	53%	58.676.320,00	57%	0,00	0%	117.352.611,00	52%
Fornecimentos e serviços externos	5.240.044,00	33%	27.510.148,00	29%	32.750.144,00	32%	0,00	0%	65.500.336,00	29%
Impostos		0%	11.422.790,00	12%	5.341.947,00	23%	0,00	0%	16.764.737,00	7%
Amortizações	1.056.185,00	7%	5.544.985,00	6%	6.601.168,00	6%	12.460.217,00	100%	25.662.555,00	11%
Provisões para riscos e encargos	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Outros custos	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	15.684.433,00	1	93.766.010,00	1	103.369.579,00	1	12.460.217,00	1	225.280.239,00	1

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	2015	%	2014	%
Fornecimento e Serviços				
Electricidade	5.334.824	8,14%	7 014 386	11,18%
Combustíveis	1.346.532	2,06%	1 581 082	2,52%
Água	402.401	0,61%	688 405	1,10%
Impressos	1.181.581	1,80%	840 310	0
Material de Escritório	3.914.174	5,98%	3 492 218	5,57%
Livros e documentação técnica	6.400	0,01%	4 720	0,01%
Artigos para oferta	606.093	0,93%	611 058	0,97%
Rendas e Alugueres	4.007.000	6,12%	1 908 500	0
Despesas de Representação	252.181	0,39%	234 877	0,37%
Comunicação	7.297.526	11,14%	6 317 198	10,07%
Seguros	168.897	0,26%	54 710	0,09%
Deslocações e Estadas	2.993.939	4,57%	3 385 962	5,40%
Honorários	2.236.075	3,41%	1 960 317	3,12%
Conservação e Reparação	3.540.363	5,41%	2 560 000	4,08%
Publicidade e Propaganda	16.015.413	24,45%	15 243 888	24,29%
Vigilância e Segurança	5.568.202	8,50%	5 251 902	8,37%
Trabalhos Especializados	6.153.536	9,39%	5 877 925	9,37%
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	4.475.199	6,83%	5 721 939	9,12%
	65 500 336	100,00%	62.749.396	100,00%

Nota 15 - Gastos com Pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Custos com o pessoal	2015	2014
Custos com o pessoal		
Remunerações - orgãos sociais	18 432 144	13 715 327
Remunerações - pessoal	79 936 483	78 660 063
Encargos sobre remunerações - orgãos sociais	936 418	927 008
Encargos sobre remunerações - pessoal	11 664 238	11 457 877
Seguros obrigatórios	3 796 637	3 775 447
Custos de acção social	729 471	5 923 694
Formação	1 471 873	1 332 472
Outros	385 347	1 159 512
	117 352 611	116 951 400

O número médio de empregados da Companhia no exercício de 2015 foi o mesmo do ano anterior, ou seja, 67, como se demonstra:

Alocação dos trabalhadores	2015	2014
Direcção	7	6
Quadros técnicos	19	18
Quadros administrativos	33	34
Informáticos	2	2
Outros	6	7
	67	67

Nota 16 - Imposto Sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRPC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

A taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2015	2014
Resultado antes de imposto	185 947 034	150 748 509
Taxa de imposto	25,5%	25,5%
Imposto apurado com base na taxa oficial	(47 416 494)	(38 440 870)
Imposto a pagar	(47 416 494)	(38 440 870)

Nota 17 - Transacções entre Partes Relacionadas

As relações com partes relacionadas, nomeadamente acionistas e membros de Órgãos sociais foram como se segue:

mECV 2015	OLIGEST	Vasconcelos Lopes	JVC Holding	Geocapital
ACTIVO				
Outros devedores p/ Op Seguro e outras		8 533	54	

mECV 2014	Corsino Fortes	Vasconcelos Lopes	JVC Holding	Geocapital
ACTIVO				
Outros devedores p/ Op Seguro e outras	245	46	0	

Não houve transacções não técnicas entre as partes relacionadas, nomeadamente acionistas e membros de Órgãos Sociais.

Há seguros subscritos pelos principais acionistas e membros dos Órgãos Sociais

A remuneração dos Órgãos Sociais ascendeu a mECV 18 432 (2014: mECV 13 715).

Nota 18 - Compromissos

A Companhia não tem quaisquer compromissos contratuais referentes à aquisição de activos fixos tangíveis e intangíveis

Nota 19 - Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas Demonstrações Financeiras.

Nota 20 – Outras Informações

Novas normas e alteração de políticas

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de Janeiro de 2015

Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho de 2014) > Esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: a) saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e b) coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.

Melhoramentos anuais: ciclo de 2011-2013 (Regulamento n.º 1361/2014, de 19 de dezembro de 2014)> Os melhoramentos incluem emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

- **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais** – Exceções do âmbito para acordos conjuntos> As emendas clarificam que a IFRS 3 não se aplica à contabilização da formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
- **IFRS 13 Mensuração pelo justo valor – Âmbito do parágrafo 52 (exceção de “portfolio”)**> No contexto da exceção de mensuração do justo valor exposta no parágrafo 48, as emendas clarificam que as referências a ativos financeiros e passivos financeiros nos parágrafos 48-51 e 53-56 devem entender-se como aplicáveis a todos os contratos abrangidos e contabilizados de acordo com a IAS 39, quer preencham ou não as definições de ativos financeiros ou de passivos financeiros que constam da IAS 32.
- **IAS 40 Propriedades de investimento – Inter-relação IAS 40 e IFRS 13**> As emendas requerem que uma entidade utilize as orientações da IAS 40 e da IFRS 3 para a contabilização da propriedade de investimento (ou negócio), não introduzindo um novo tratamento contabilístico. Estas emendas têm por objetivo clarificar que deverá ser aplicado um julgamento na determinação sobre se uma transação configura: (i) uma aquisição de um ativo (um um grupo de ativos) que deverá ser contabilizada de acordo com a IAS 40, ou (ii) uma concentração de atividades que deverá ser contabilizada de acordo com a IFRS 3.

A introdução destas novas normas não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras da IMPAR

Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014)> Os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:

- **IFRS 2 Pagamento com Base em Ações – Definições de condições de aquisição** > As emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição (“vesting conditions”) por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).
- **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Contabilização da retribuição contingente** > As emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requere que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.
- **IFRS 8 Segmentos Operacionais** > As emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.
- **IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis – Modelo de revalorização** > As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
- **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas – Serviços de pessoal-chave da gerência** > As emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão
- **IAS 38 Ativos intangíveis – Modelo de valorização** > As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.

IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014)

- As emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

Agricultura – Plantas destinadas à produção: Emendas à IAS 16 e à IAS 41 (Regulamento n.º 2015/2113, de 23 de novembro de 2015)

- As emendas à IAS 16 e à IAS 41 vêm determinar que as plantas exclusivamente utilizadas para o cultivo de produtos ao longo de vários períodos, designadas de plantas destinadas à produção, passam a ser contabilizadas da mesma forma que os ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.

Emendas à IFRS 11 Acordos Conjuntos (Regulamento n.º 2015/2173, de 24 de novembro de 2015)

- As emendas fornecem novas orientações sobre o tratamento contabilístico das aquisições de interesses em operações conjuntas cujas atividades constituem atividades empresariais, nomeadamente referindo que quando uma entidade adquire um interesse numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial, na aceção da IFRS 3, deve aplicar de forma proporcional à sua parte, todos os princípios de contabilização das concentrações de atividades empresariais definidos na IFRS 3 e noutras IFRS, que não entrem em conflito com a IFRS 11, e deve apresentar as informações nelas exigidas em relação

às concentrações de atividades empresariais. Tal aplica-se à aquisição tanto do interesse inicial como de interesses adicionais numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial.

Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015)

- A emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.

Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015)

Os melhoramentos incluem emendas a cinco normas internacionais de contabilidade, como segue:

- **IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas** – As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação passa a ser considerada uma continuação do plano inicial de alienação.
- **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações** – Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento *Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros* (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retroativamente.
Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se a entidade mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.
- **IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro** - As emendas a esta Norma estão diretamente relacionadas com as emendas efetuadas à IFRS 7 anteriormente referidas.
- **IAS 19 Benefícios dos Empregados** – As emendas vêm clarificar que para as moedas (passa a ser independente do país) para as quais não haja um mercado ativo em obrigações de alta qualidade de empresas, devem ser usados os rendimentos de mercado (no fim do período de relato) em obrigações governamentais expressas nessa moeda.
- **IAS 34 Relato Financeiro Intercalar** – As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.

Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS 1 (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015)

- As alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS 1.

Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015)

- As alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.

A Direcção Financeira



O Conselho de Administração



Paulo Jorge Ferreira Oliveira Lopes

